



**DENISE PEREIRA
MARISTELA CARNEIRO
(ORGANIZADORAS)**

O BRASIL DIMENSIONADO PELA HISTÓRIA 2

Atena
Editora

Ano 2020



**DENISE PEREIRA
MARISTELA CARNEIRO
(ORGANIZADORAS)**

O BRASIL DIMENSIONADO PELA HISTÓRIA 2

Atena
Editora

Ano 2020

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação: Karine de Lima

Edição de Arte: Lorena Prestes

Revisão: Os Autores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie di Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná

Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Msc. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Dr. Adailson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Msc. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Msc. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Msc. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
 Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
 Prof. Msc. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
 Prof. Msc. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
 Prof^a Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
 Prof. Msc. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
 Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
 Prof^a Msc. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
 Prof^a Msc. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
 Prof^a Dr^a Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
 Prof. Msc. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
 Prof. Msc. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual de Maringá
 Prof. Msc. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
 Prof^a Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
 Prof^a Msc. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
 Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)**

B823 O Brasil dimensionado pela história 2 [recurso eletrônico] / Organizadoras Denise Pereira, Maristela Carneiro. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2020. – (O Brasil Dimensionado pela História; v. 2)

Formato: PDF
 Requisitos de sistemas: Adobe Acrobat Reader
 Modo de acesso: World Wide Web
 Inclui bibliografia
 ISBN 978-85-7247-915-8
 DOI 10.22533/at.ed.158201501

1. Brasil – História. 2. Brasil – Fronteiras. I. Pereira, Denise. II. Carneiro, Maristela. III. Série.

CDD 981.65

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

Atena Editora
 Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
 contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

Um Brasil, muitos “Brasis”. A própria necessidade de descrever o plural entre aspas aponta para o obrigatório caráter de singularidade que vem com definições como país, nação e território nacional. Entretanto, há algo de profundamente idealista, simplificador e até mesmo pueril a respeito dessa singularização obrigatória. Países, a final, são químicas de muitos compostos e processos, raramente fáceis de delinear.

O Brasil, como qualquer outro país, é produto de conflitos, tensões e representações. Ao mesmo tempo uma imposição de condições circunstanciais e da assimilação de discursos internalizados, o Brasil existe na mente de seus habitantes como uma abstração, uma identidade coletiva, antes de se colocar como uma linha mais coerente de ideias encadeadas. Um recorte geográfico gigantesco. Uma economia complexa. Uma emblemática coleção de territórios, paisagens emocionais, panoramas urbanos. Uma frustrante cadeia de problemas políticos, sociais e ecológicos. Uma história. Múltiplas histórias.

Pois todos os fios das lutas e idiossincrasias que unem para constituir a trama deste país, um quadro complexo, variado e repleto de contradições, não podem ser compreendidos senão como produtos e signos dos contextos históricos em que nasceram. A história oferece um conjunto único de lentes, que nos permite detectar e apreciar os intrincados desenhos que compõem essa rica trama. A história permite dimensionar (e tensionar) diferentes “Brasis”, possibilitando outros olhares e enquadramentos, que complexificam as narrativas que contam e ressignificam o próprio conceito de Brasil.

Economia. Política. Arte. Religião. Educação. Campos de ação que fracionam a experiência humana em unidades compreensíveis e manuseáveis, produzindo especialidades e, mais importante, especificidades. Pela mirada da história podemos vislumbrar cada um destes recortes por intermédio das trajetórias descritas e geradas pelos mesmos, permitindo-nos melhor apreciar as facetas e dimensões deste país. Diferentes campos convergem para construir uma narrativa que auxilie na construção da identidade brasileira, a qual encontra na história um horizonte orientador para suas lutas e desafios. Aqui, a história se torna a pedra de toque para a leitura de diferentes problemáticas, que em última análise se propõem a medir os impactos das ações humanas no tempo e, também, construir um futuro mais humano e com mais acertos.

Diante deste olhar na História, esperamos que as leituras destes capítulos possam ampliar seus conhecimentos e instigar novas pesquisas.

Boa leitura!

Denise Pereira
Maristela Carneiro

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
“O DIA EM QUE O CACIQUE” ENTOOU “UMA VOZ SOBERANA NO AR”: UM SAMBA DA VAI-VAI E DA NENÊ COMO LINGUAGEM DE PROTESTO EM TEMPOS SOMBRIOS	
Emerson Porto Ferreira	
DOI 10.22533/at.ed.1582015011	
CAPÍTULO 2	13
APONTAMENTOS HISTÓRICO-FILOSÓFICOS SOBRE AS ORIGENS E A DECADÊNCIA IDEOLÓGICA NAS CIÊNCIAS ECONÔMICAS	
Danne Vieira Silva	
DOI 10.22533/at.ed.1582015012	
CAPÍTULO 3	25
CEARENSES OU PIAUIENSES? REFLEXÕES SOBRE IDENTIDADE NA VILA DE AMARRAÇÃO NO LITORAL DO PIAUÍ NO FINAL DO SÉCULO XIX	
Marcus Pierre de Carvalho Baptista	
Francisco de Assis de Sousa Nascimento	
Elisabeth Mary de Carvalho Baptista	
DOI 10.22533/at.ed.1582015013	
CAPÍTULO 4	37
CAMINHOS DA HISTÓRIA INDÍGENA: TEORIAS, METODOLOGIAS E PRÁTICAS	
Éder da Silva Novak	
Maria Simone Jacomini Novak	
DOI 10.22533/at.ed.1582015014	
CAPÍTULO 5	47
CENTRO DE MEMÓRIA E DE PESQUISA HISTÓRICA DA PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS (1989-2009): 20 ANOS DE HISTÓRIA	
Marina Carolina Rezende Costa	
DOI 10.22533/at.ed.1582015015	
CAPÍTULO 6	58
JUSTIÇA ESTATAL E JUSTIÇA NEGOCIADA: FURTO DE GADO, AÇÃO PENAL E JUSTIÇA NÃO ESTATAL NO BRASIL (1860- 1899)	
Lucas Ribeiro Garro Lourenço	
DOI 10.22533/at.ed.1582015016	
CAPÍTULO 7	70
INTERFACE ENTRE FOUCAULT E BUTLER: CAMINHOS PARA SE PENSAR OS CORPOS, SEXUALIDADES/GÊNEROS, PRÁTICAS DE SI, E RESISTÊNCIAS	
João Marcelo de Oliveira Cezar	
DOI 10.22533/at.ed.1582015017	
CAPÍTULO 8	80
MARANHÃO, A ÚLTIMA CRUZADA ENCANTARIA SEBASTIÂNICA E ESCRITOS CAVALEIRESCOS MEDIEVAIS	
Marcus Baccega	

DOI 10.22533/at.ed.1582015018

CAPÍTULO 9 95

HISTÓRIA PÚBLICA E PATRIMÔNIO EM PAULO FRONTIN - PR

[Welerson Fernando Giovanoni](#)

[Michel Kobelinski](#)

DOI 10.22533/at.ed.1582015019

CAPÍTULO 10 110

O POBRE: AS REPRESENTAÇÕES DA POBREZA NA IMPRENSA DE JUIZ DE FORA EM FINS DO SÉCULO XIX

[Iolanda Chaves Ferreira de Oliveira](#)

DOI 10.22533/at.ed.15820150110

CAPÍTULO 11 119

OS FRANCISCANOS E OS GENTIOS NO BRASIL COLONIAL – A SERVIÇO DA FÉ E DA COROA

[Peter Johann Mainka](#)

DOI 10.22533/at.ed.15820150111

CAPÍTULO 12 148

PROGRAMA DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL “POR DENTRO DA HISTÓRIA”: UM GUIA PARA A METODOLOGIA?

[Francilene Ramos Lourenço Soares](#)

DOI 10.22533/at.ed.15820150112

CAPÍTULO 13 157

A PRODUÇÃO FÍLMICA “ARAGUAIA: CAMPO SAGRADO” E A INTERPRETAÇÃO DE SUA NARRATIVA

[Marcondes da Silveira Figueiredo Júnior](#)

DOI 10.22533/at.ed.15820150113

CAPÍTULO 14 176

O PENSAMENTO ANARQUISTA NA IMPRENSA ANARQUISTA DURANTE AS CRISES DA DEMOCRACIA NO BRASIL

[Pedro Rachid de Paula Reino](#)

DOI 10.22533/at.ed.15820150114

CAPÍTULO 15 187

UMA BREVE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO NO LULISMO (2003-2010)

[Nathan dos Santos Alves](#)

DOI 10.22533/at.ed.15820150115

CAPÍTULO 16 198

A EDUCAÇÃO NO BRASIL E OS PACTOS DA BRANQUITUDE

[Adelina Malvina Barbosa Nunes](#)

[Margareth Diniz](#)

DOI 10.22533/at.ed.15820150116

CAPÍTULO 17	208
O ENSINO DA HISTÓRIA, ENTRE A PRODUÇÃO HISTORIOGRÁFICA E A CULTURA ESCOLAR	
Antonio Carlos Figueiredo Costa	
DOI 10.22533/at.ed.15820150117	
CAPÍTULO 18	217
O TRAÇADO DA GUERRA: A CARICATURA COMO ARMA NA GUERRA DO PARAGUAI (1864 – 1870)	
Theo de Castro e Carneiro	
DOI 10.22533/at.ed.15820150118	
SOBRE AS ORGANIZADORAS	229
ÍNDICE REMISSIVO	230

O PENSAMENTO ANARQUISTA NA IMPRENSA ANARQUISTA DURANTE AS CRISES DA DEMOCRACIA NO BRASIL

Data de aceite: 05/12/2019

Pedro Rachid de Paula Reino

Universidade Estadual do Norte do Paraná -
CCHE - História
Jacarezinho - Paraná

RESUMO: O presente artigo é a introdução do projeto de pesquisa apresentado em formato de comunicação oral na 'XXXVIII Semana de História: Marx, marxismos e Luta de classes: os percursos da História' que ocorreu durante 18 e 21 de junho de 2018 na Universidade Estadual do Norte do Paraná e teve como objetivo evidenciar a prática e a difusão do pensamento anarquista durante as crises da democracia no Brasil representadas pelos períodos que correspondem aos últimos anos da Primeira República e o início do Estado Novo, o início do período de Ditadura civil-Militar durante a década de 1960, e por fim, o golpe jurídico-midiático ao governo do Partido dos Trabalhadores entre os anos de 2014 e 2016. A partir da análise de jornais e revistas utilizados como ferramenta de investigação dos processos históricos, busca-se compreender a difusão do anarquismo, suas críticas, denúncias, ideias e ações por meio da imprensa anarquista que esteve ligada ao movimento dos trabalhadores desde sua

formação no início do século XIX.

PALAVRAS-CHAVE: Anarquista, crise, democracia, golpe, imprensa, anarquismo.

ANARCHIST THOUGHT IN THE ANARCHIST PRESS DURING THE CRISES OF DEMOCRACY IN BRAZIL

ABSTRACT: This paper was presented as a research project in oral communication format at 'XXXVIII History Week: Marx, Marxism and Class Struggle: The Paths of History' which took place during the eighteenth and twenty-one of June 2018 at the State University of Northern Paraná and aimed to highlight the practice and diffusion of anarchist thought during the crises of democracy in Brazil represented by the periods corresponding to the last years of the First Republic and the beginning of the Estado Novo, the beginning of the period of civil-military dictatorship during the and, finally, the media-legal coup against the Workers Party government between 2014 and 2016. From the analysis of newspapers and magazines used as a tool for investigating historical processes, we seek to understand the diffusion of anarchism, its criticism, denunciations, ideas and actions through the anarchist press that has been linked to the workers' movement since its formation in the early nineteenth century.

KEYWORDS: Anarchist, crisis, democracy, coup, anarchism

1 | INTRODUÇÃO

O anarquismo chegou ao Brasil com os imigrantes europeus que vieram substituir, parcialmente, a mão de obra escrava recém liberta, nas duas últimas décadas do século XIX, principalmente nos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e, onde hoje é localizado, o Paraná. Estes imigrantes que carregavam valores e ideais socialistas libertários logo deixavam as fazendas para se estabelecerem na zona urbana, em parte devido às péssimas condições de trabalho que lhes eram oferecidas. Ao chegarem às cidades, formaram a primeira geração de operários brasileiros.

O anarquismo corresponde a uma experiência histórica e uma doutrina política de mais 150 anos que influenciou e se desenvolveu no seio dos movimentos das classes oprimidas em todo o mundo (Socialismo Libertário, n.3, 2017). É uma doutrina política que tem como objetivo mobilizar os trabalhadores de todos os tipos, por meio de uma determinada estratégia, que leva à revolução social e acabe com todas as formas de dominação.

Em resumo, querem os anarquistas: 1.º — Abolição da propriedade (capitalista ou estatal) da terra, das matérias-primas e dos instrumentos de trabalho. 2.º — Abolição do Estado e de qualquer poder que faça leis para impô-las aos outros. 3.º — Organização da vida social por iniciativa das associações livres e das livres federações de produtores e consumidores, criadas e modificadas conforme à vontade de seus componentes. 4.º — A todos serão garantidos os meios de vida, de desenvolvimento, de bem-estar. 5.º — Guerra a todos os preconceitos religiosos e a todas as mentiras. 6.º — Guerra às rivalidades e aos prejuízos patrióticos. Abolição das fronteiras, confraternização de todos os povos. 7.º — Libertação da família de todas as peias, de tal modo que ela resulte da prática do amor, livre de toda influência estatal ou religiosa e da opressão econômica ou física. (MALATESTA, 1903)

Todavia, junto aos ideais e valores importados também veio o repúdio a eles. Segundo Lopreato (2003), a classe dominante brasileira preocupada com as possíveis conturbações sociais que viriam a acontecer no novo regime, estimulado pela convicção da ligação estreita entre pobreza, ociosidade e crime, acredita que a população se tornaria uma massa que poderia colocar em xeque todo o projeto civilizatório e da ordem social vigente.

O movimento dos trabalhadores em sua tendência anarquista promoveu durante os primeiros anos do século XX diversos momentos de forte agitação popular com destaque para a Greve Geral de 1917, em São Paulo, que, em poucos dias, conseguiu a adesão de cerca de 45.000 grevistas em todo o Brasil. (LEUENROTH, 1965)

Segundo Bonomo (2007), até 1930, o Brasil possuía uma economia essencialmente agrária, mas que já vinha perdendo força para a industrialização. Essas indústrias detinham grande concentração de trabalhadores e capitais que alinhadas à imigração

geraram um excedente da força de trabalho formando uma grande massa proletária no movimento dos trabalhadores que fomentou campo fértil para disseminação do anarquismo e a construção de sindicatos organizados e suas confederações como a Confederação Operária Brasileira (COB), criada em 1906, que articulou cerca de 50 sindicatos, dentre eles os dos trabalhadores em pedreiras, padarias, ladrilhos e etc.

É interessante observar que o crescimento da militância anarquista também está intimamente ligado à repressão que o movimento sofria o que pode ser constatado pelos cerca de 560 expulsos do Brasil entre os anos de 1908 e 1921. (BATALHA, 2000)

Ao lado do movimento operário organizou-se uma Imprensa anarquista que teve o seu desenvolvimento ao longo de todo o curso do século XX, atuando principalmente em São Paulo, no Rio de Janeiro, no Rio Grande do Sul e na Bahia e no século XXI se estende a cerca de 20 estados.

A análise dos jornais escolhidos para a elaboração deste projeto de pesquisa evidencia um instrumento de análise historiográfico que auxilia na compreensão da história do movimento dos trabalhadores, da conjuntura política pelo viés anarquista e sua ideologia nesses períodos.

As denúncias, mobilizações, ações e teorias que influenciaram na construção da luta popular disseminadas pela imprensa anarquista, deste modo, constroem a narrativa do anarquismo como teoria política de revolução social que alimentam suas críticas aos governos mais autoritários ou mais progressistas dentro da lógica da democracia burguesa, das crises, do Estado e do Capitalismo.

Devido às perseguições, prisões, exílios e deportações de diversos militantes da causa ácrata durante a década de 1920 e do rápido crescimento da vertente socialista autoritária a partir de 1922, os anarquistas se mantêm alheios à mudança de governo e a mobilização que alçou Getúlio Vargas ao poder em 1930.

Para os anarquistas, aquele momento foi apenas uma troca de oligarquia (São Paulo – Minas Gerais) por outra (Rio Grande do Sul); um explorador e dominador por outro (OLIVEIRA, 2009). Se, por um lado há escasso material sobre a posição dos anarquistas acerca da posse de Getúlio Vargas, por outro, já a partir de 1931 aparecem às primeiras críticas.

É nítida a posição dos anarquistas em relação a Vargas e às Leis Trabalhistas que promoveriam a “fascistização dos sindicatos” e inseridas nessa lógica, o maior símbolo de coerção das Leis Trabalhistas, foi a criação da Carteira de Trabalho, que viria a “impedir a liberdade de pensar e o direito de reclamar qualquer melhoria moral ou econômica ao escravo moderno”, como expunha o jornal A Plebe, em 1933.

Os atuais governantes entenderam de estabelecer o Sindicalismo Obrigatório, forçando os trabalhadores a pertencerem ao sindicato do seu ofício ou profissão, dando-lhes direitos eleitorais, impedindo que estrangeiros façam parte e seus corpos gerentes ou diretoriais, etc. [...] Somos contra todas as coações, partam de onde ou de quem partirem. Abaixo a todas as peias ao pensamento livre e a livre

Os anarquistas entendiam como verdadeiros fascistas os governantes e consideravam os integralistas da Ação Integralista Brasileira como instrumentos do governo. Ainda assim, a Batalha da Praça da Sé, em São Paulo, em 1934, entre fascistas e antifascistas marcou a decadência da influência anarquista sobre a realidade paulista no período, pois os conflitos de 7 de outubro de 1934 deram legitimidade à perseguição policial que passou a prender diversos anarquistas como Natalino Rodrigues e Pedro Catallo.

Após a prisão de Natalino no dia 8 de outubro, na sede da Federação Operária, o Comitê Pró Presos Sociais movimentou-se o sentido de obter a liberdade daquele operário preso. [...] começou, então, uma odisséia de torturas: tornou-se um preso volante. Para escapar à ação da justiça, Natalino era transferido de um para o outro lado, e a polícia carregava sobre ele o mau humor [...] Para livrar-se desse incômodo, após 52 dias de prisão, segregado e incomunicável, planejou a polícia atirar com Natalino, como já o tem feito com muitos outros, sem recursos, em estado miserável, na fronteira dos Estados do Sul [...] (A Plebe, ano 2, nova fase, 8 dez. 1934.)

Em 10 de novembro de 1937, através de um Golpe de Estado, Getúlio Vargas instaurou o Estado Novo. No discurso transmitido pelas rádios, intitulado Manifesto à Nação, o presidente transformado em ditador desenvolveu as premissas da nova ordem com destaque para a censura, ao totalitarismo e ao neodesenvolvimentismo trabalhista.

Entre 1945 e 1964, instala-se no Brasil um período de reconfiguração da democracia liberal burguesa que substituiu o modelo centralista e pragmático de Getúlio Vargas do Estado Novo, a fim de caminhar em consonância com a nova ordem social capitalista estabelecida ao fim da Segunda Guerra Mundial.

Os jornais anarquistas Remodelações e Ação Direta criados respectivamente nos anos de 1945 e 1947 denunciaram o caráter da crise generalizada que se encontrava o Brasil durante a década de 1950 e início da década de 1960.

A crise já não atinge apenas este ou aquele setor da coletividade brasileira; não afeta mais unicamente a uma parte da população que vive apenas do seu trabalho. Tudo está em crise [...] enriquecendo toda a minoria dominante da sociedade na governança, na política profissional, na administração pública, e dos manejadores de lavoura, do comércio e da indústria. E, ao mesmo tempo, o agravamento, incessante, sem limites, da miséria que já assoberbava o povo trabalhador atormentado numa cruciante luta para sobreviver. (Ação Direta, n. 136, out. 1959)

A partir de 1964, instaurou-se no país uma Ditadura Militar. Dentre os motivos apontados pela historiografia marxista, o novo período veio à tona por conta do caráter preventivo de ação às organizações de trabalhadores, ou seja, “o medo do comunismo” e conflitos provenientes desse mesmo espectro político.

Entretanto, Nildo Viana (2005) afirma ser diminuta essa ideia e que as motivações essenciais advêm da movimentação do capital, o estágio em que se encontrava o capitalismo brasileiro e a própria luta de classes. O acirramento da luta de classes torna-se ainda maior devido à relação de acumulação de capital, da superexploração da classe trabalhadora e acaba culminando com o golpe de 1964.

O periódico *O Libertário*, em 1962, apresentou na publicação comemorativa do Dia do Trabalhador aspectos e características do discurso anarquistas no que tange à realidade brasileira e à vida do operariado. Em síntese, afirma-se, no periódico, que “o que se aspira é pôr fim ao regime de desordem inoperante e conquistar uma situação que a todos faculte uma situação melhor de vida”, indicando também, neste caso a “situação de penúria de quem produz”, o problema agrário como problema de caráter social, “o problema só se solucionará com a socialização das terras” a partir da “organização objetiva e harmônica das comunidades cooperativas rurais”

Em março de 1964 a burguesia nacional, militares, religiosos e conservadores organizam uma manifestação chamada “Marcha da Família com Deus pela Liberdade” que marcou o pontapé inicial dos 21 anos de Ditadura Civil-Militar. Iniciadas as atividades da Junta Militar em 9 de abril de 1964 é imposto o Ato Institucional número I dando ao governo o poder de mudar a Constituição, anular mandatos legislativos, cassar direitos políticos e determinar eleições indiretas que culminaram com o primeiro presidente militar assumindo a cadeira presidencial.

Com o Ato Institucional número I, segundo o Boletim do Núcleo de pesquisa Marques da Costa (EMECÊ, pág. 2, n.23, ago 2012) diversos militantes anarquistas passaram a esconder materiais de propaganda considerados pelo regime como subversivos e as possíveis perseguições que poderiam sofrer.

Em 1967, o jornal *O Protesto*, no Rio Grande do Sul, evidencia claramente sua posição política em oposição à Ditadura Militar e à falta de democracia, passando a fomentar a reorganização dos trabalhadores contra o regime.

No final de 1968 decreta-se o Ato Institucional número V (AI-5), considerado o mais duro dos decretos, pois este poderia aposentar juízes, cassar mandatos, acabar com a garantia dos habeas corpus e abriu espaço para o aumento da repressão, torturas e assassinatos contra os movimentos sociais, jovens, trabalhadores e estudantes que se opunham ao regime.

Neste período ampliou-se a censura a jornais, revistas, livros, peças de teatro, filmes, músicas e outras expressões artísticas que só podiam ser liberadas se consentidas pelos militares e houve grande queda da produção jornalista libertária devido às dificuldades de sobrevivência e resistência desses meios.

Em 1974, um novo general assumiu a presidência com a promessa de retorno à democracia por meio de um processo de “distensão lenta, gradual e segura”. O início do “afrouxamento” do regime abriu espaço para que novos jornais e periódicos libertários passassem a circular, principalmente na Bahia, com *O Inimigo do Rei*, em 1977.

Em 1984, o movimento “Diretas Já” reivindicava eleições diretas para presidente para aquele mesmo ano, fato que ocorreria somente no ano seguinte com a eleição de Tancredo Neves que morreu antes de tomar posse. Assumiu seu vice, José Sarney, que iniciou o período de reestruturação do Estado Brasileiro que culminou com a Constituição em 1988.

A abertura política induziu ao campo político brasileiro à formação do Partido dos Trabalhadores (PT) em 1980. A anistia permitiu a volta de marxistas exilados em meio ao avanço da mobilização sindical, e a uma ampla gama de movimentos sociais que passaram a influenciar o imaginário social e formalizaram o que fora o início da formação do partido.

A derrota nas eleições de 1989 deu abertura ao PT para renovar e reaver suas alianças a fim de dedicar-se ao crescimento do partido e construir capital político que o permitiu chegar ao poder em 2003. Naquele período esteve em pauta o dilema de como enfrentar o neoliberalismo propagado durante a década de 1990. Após a divulgação da Carta aos Brasileiros por Luís Inácio Lula da Silva em 2002 ficou evidente que a saída escolhida foi o “pacto” de classes proposto pelo partido.

Será fruto de uma ampla negociação nacional, que deve conduzir a uma autêntica aliança pelo país, a um novo contrato social, capaz de assegurar o crescimento com estabilidade [...] Lideranças populares, intelectuais, artistas e religiosos dos mais variados matizes ideológicos declaram espontaneamente seu apoio a um projeto de mudança do Brasil. Prefeitos e parlamentares de partidos não coligados com o PT anunciam seu apoio. Parcelas significativas do empresariado vêm somar-se ao nosso projeto. Trata-se de uma vasta coalizão, em muitos aspectos suprapartidários, que busca abrir novos horizontes para o país. (SILVA, 2002)

De acordo com Caio N. de Toledo, em seu artigo *A Regressão da Luta ideológica: PT e governo Lula*, publicado em 2009, o Partido dos Trabalhadores tem sua origem a partir o acúmulo de forças ao longo dos anos 80 e o período de redemocratização após a Ditadura Militar que conseguiu sintetizar os anseios das classes oprimidas além de dar esperanças à conquista do poder pela classe trabalhadora por meio da democracia burguesa.

O contexto político social pelo qual passou o Brasil, até 2014, que marcou o início do golpe jurídico-midiático ao Partido dos Trabalhadores, segundo a Coordenação Anarquista Brasileira (CAB) e os jornais *Libera*, *Ingovernáveis*, *No Batente*, *Opinião Anarquista* e *Socialismo Libertário*, é de que as desigualdades econômicas vinham sendo mantidas e as diferenças sociais sendo timidamente modificadas de forma que “o que existe de fato, são políticas de transferência de renda... que têm como efeito positivo no que tange à inclusão no mercado de consumo de uma massa que estava totalmente excluída” (CAB, 2014)

A crise do PT que é muito anterior à eleição de Lula não fora uma “crise de direção” como alguns setores da esquerda apontam, mas sim uma crise de concepção já traçada na teoria marxista-leninista de subordinação da classe pelo partido [...]

Neste período, os movimentos sociais são incorporados por meio do cooptação de lideranças, pacificados pelo atrelamento de suas agendas de luta ao calendário e dinâmica institucionais do Estado burguês ou simplesmente reprimidos, quando se atrevem a enfrentar os inimigos de classe. (Libera, n. 150, mai/jul, 2011)

Entretanto, desde 2002, no Fórum do Anarquismo Organizado, e 2005 no Fórum Social Mundial, articulações com tendência libertária e autônoma voltam a surgir com maior expressão e a influência anarquista volta para a mesa de debates dos trabalhadores e estudantes, às ruas e, com maior expressão, ao trabalho de base, propaganda, luta popular em aproximação a estes que vinham tendo suas necessidades negligenciadas.

Foram diversas as manifestações e diversos os movimentos sociais alternativos à política partidária da democracia burguesa em que se instalam os organismos alinhados à lógica petista, como em 2011 contra as remoções de pessoas para construção de mega obras para a Copa do Mundo de 2014 (Info em Ação, n.2, p., 2011); as mobilizações contra as políticas neoliberais (Socialismo Libertário, jul-set, 2008) e os leilões de petróleo em 2008 (Libera, p.4, out-dez,2008); contra a precariedade do transporte coletivo no Rio de Janeiro e contra as invasões à sede da Federação Anarquista Gaúcha (Libera, p.4, jul-dez,2009), ambas em 2009; a greve geral dos Institutos Federais de Educação Superior em 2012, o movimento feminista, pela desmilitarização da polícia militar e por moradia nas ocupações urbanas, por exemplo.

É necessário apontar que os protestos de 2013 trouxeram novidades às ruas, diante do panorama de atravancamento das mobilizações sociais e da instabilidade dos jovens e trabalhadores. A mídia, como formadora de opinião pública da hegemonia capitalista, sempre oportunista, coloca em pauta a luta contra o PT (e não contra a corrupção ou contra o aumento das tarifas dos transportes públicos. Diante deste cenário, a falta de harmonia entre a esquerda – seja autonomista seja institucional – e as camadas populares permite a suscetibilidade dessa à manipulação política realizada pelos representantes dos interesses da classe dominante.

A repressão aos estudantes e trabalhadores ocorrida no início fora noticiada por diversos meios de comunicação, na internet principalmente, e abriu espaço para maiores mobilizações com a decorrer do tempo, chegando a cerca de 100 mil pessoas nas ruas de São Paulo e mobilizações em quase todas as capitais do Brasil, segundo o Relatório “Protestos no Brasil 2013”, produzido pela organização não-governamental ARTIGO19, em junho de 2014.

A midiaticização e formulação de jornalismo independente renascem neste momento, e, alinhadas a esse processo, igualmente as organizações anarquistas, mas agora ampliadas e remodeladas pela possibilidade de difusão na internet – de publicidade e propaganda, nas redes sociais, blogs, fóruns, entre outros. As organizações anarquistas, de tendência anarquista, libertária e autônoma, em seus jornais e panfletos concordam que 2013 não fora o estopim de um golpe, mas sim da ressignificação do anarquismo revolucionário e social (CAB, 2013).

A análise dos jornais anarquistas sob a ótica da participação da democracia aos moldes burgueses é negativa e constrói-se uma campanha recorrente pelo não voto nas eleições presidenciais de 2014, sustentada pela falha do processo neodesenvolvimentista do Partido dos Trabalhadores; pela união e organização dos trabalhadores em prol de uma revolução social; contra a Copa do Mundo e pela grande denúncia contra a Ocupação Militar da Maré sancionada pela Presidenta Dilma Rousseff, em 2014, no jornal Socialismo Libertário,

Lei Geral da Copa, Lei Antiterrorismo e a Portaria do Ministério da Defesa de “Garantia da Lei e da Ordem” são exemplos de como o governo dito “progressista” de Dilma/ PT vem conduzindo suas políticas e de como vem dando respostas às pautas de reivindicação exigidas nas jornadas de luta de 2013, que voltam à cena com força nesse início de 2014. As manifestações são tratadas como casos de polícia e classificadas entre as “boas” e as “más” manifestações. Mulheres e homens são presos arbitrariamente, espancados, humilhados e expostos pela mídia burguesa. (Socialismo Libertário, n.29, mar. 2014.)

Desta maneira, o enredo do golpe para os anarquistas desenvolve-se a partir de 2014, com a saturação dos limites do projeto conciliador de classes do Partido dos Trabalhadores, que não poderiam mais fazer frente às necessidades do capital internacional e ao mesmo tempo contemplar as necessidades dos trabalhadores e trabalhadoras esquecidas desde a Carta aos Brasileiros.

Um golpe orquestrado por setores da direita no Congresso, no judiciário, na mídia, nas organizações patronais e decorrentes de uma reação conservadora da classe média que toma coragem em cima da situação criada pelo próprio PT durante seus anos de governo, abre espaço para um governo de coalização que para a política burguesa serve como redutor de direitos e privatizador dos recursos e serviços públicos.

O procedimento de Impeachment foi um golpe institucional disfarçado de combate à corrupção, onde as interpretações e manipulações das leis permitiriam a anulação e uma eleição inteira para colocar no poder um partido e um programa político que não vence eleições há mais de 20 anos. Como não conseguiram derrubar nem Lula nem Dilma nas disputas eleitorais, o golpe foi à única saída encontrada pela oposição para continuar com um projeto de país ainda pior do que o construído pela socialdemocracia do PT. (Facção Fictícia, ‘primavera de 2017’)

Os anarquistas, nesse sentido, se colocam contra o golpe porque ele implica num ataque profundo às conquistas das camadas populares e abre caminhos para forças privatizantes e fascistas. Mas, se colocar contra o golpe não significa abraçar a retórica petista de perseguição aos seus dirigentes: sócios da corrupção com empreiteiras, autores da lei antiterrorismo, criadores das Unidades de Polícia Pacificadora nas favelas e comunidades e da violência contra os povos indígenas e quilombolas.

O *impeachment* de Dilma Rousseff em 2016, os áudios gravados, a perseguição política e midiática que tanto falavam os agentes governamentais são reflexos do “pacto” de classes vencido pelas classes dominantes, pelos empresários, ruralistas,

banqueiros, entre outros.

Eles cospem no prato que comem, engordaram com o PT e agora quer fazer da sua queda o palco de imposição do ajuste no grau máximo. Um ajuste que busca rasgar de vez os direitos trabalhistas, fazer a cama para os vampiros das patronais que pretendem precárias ainda mais as condições de trabalho, impor o PL das terceirizações, a reforma da previdência, manter as falências fraudulentas, atirando os trabalhadores vítimas de acidentes de trabalho no olho da rua como se fossem dejetos, demitindo em massa para recontratar em condições cada vez mais precárias. (CAB, 2016)

Os jornais anarquistas, por fim, assim como os indivíduos e organizações, buscaram durante toda a sua trajetória, principalmente no Brasil, como indica este projeto de pesquisa, mesmo entre seus fluxos e refluxos, disseminar seus ideais, sua opinião, suas críticas e suas denúncias no sentido de conscientizar e organizar a classe oprimida em prol da luta pela emancipação contra a classe dominante, seja em períodos de desestruturação da autonomia de organização trabalhista como imposto por Getúlio Vargas, seja em períodos de Ditadura Civil-Militar, seja em períodos de golpes assinados em mesas de reunião.

Os jornais anarquistas, portanto, são instrumentos de análise historiográfica dos períodos correspondentes, do anarquismo e das temáticas anunciadas por eles e podem ser encontrados nos acervos da Biblioteca Nacional, do Centro de Pesquisa e Documentação Histórica Contemporânea do Brasil (CPDOC), Centro de Cultura Social de São Paulo (CCSSP) e nos sites dessas organizações anarquistas citadas ao longo do texto.

Utilizados para a elaboração deste projeto de pesquisa, os jornais anarquistas, indicam, em síntese, independentemente do caráter do governo, as principais reivindicações e críticas dos anarquistas durante os seus mais de 150 anos de história do movimento de luta dos trabalhadores e trabalhadoras, postulando, em suma, toda uma cadeia de críticas e reivindicações que se encontram nos três períodos analisados: a repressão, a democracia, o golpe, o sindicalismo, os movimentos sociais, a perseguição, o neodesenvolvimentismo, o trabalho, a autonomia, a vigilância, o poder, o capital estrangeiro e a representatividade na política burguesa.

REFERÊNCIAS

A Lei de Sindicalização Obrigatória. **A Plebe**. São Paulo, n. 4, 17 dezembro, 1932.

A Questão do petróleo e as mobilizações populares no Rio de Janeiro. **Socialismo Libertário**. Rio de Janeiro, n. 141, out-dez. 2008.

BATALHA, Claudio. **O Movimento Operário na Primeira República**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.

BONOMO, Alex Buzeli. **O anarquismo em São Paulo: As razões do declínio (1920 - 1935)**. São Paulo: PUC-SP, 2007. 460 p.

BREVE Histórico da Luta Popular e do Anarquismo no Brasil. **Libera**, n. 150, mai-jun-jul. 2011.

COORDENAÇÃO ANARQUISTA BRASILEIRA. **A Luta contra o aumento das passagens e o anarquismo**. Coordenação Anarquista Brasileira. 2013. Disponível em: <https://anarquismo.noblogs.org/?page_id=30>. Acesso em: 10 mai. 2018.

_____. **Os limites do neodesenvolvimentismo e o preço do pacto de classes**. Coordenação Anarquista Brasileira. 2014. Disponível em: <https://anarquismo.noblogs.org/?page_id=193>. Acesso em: 10 mai. 2018

COPA do Mundo de 2014: o Estado de exceção já começou. **Info em Ação**, n.2, 2 fev. 2011.

CÔRREA, Felipe. **Brasil: PT, Lula, Movimentos Sociais e Anarquismo**. Ekintza Zuzena. País Basco, 2008.

CRISE Política, Golpe de Estado e Resistência: uma perspectiva anarquista. **Facção Fictícia**. Primavera de 2017.

EMECÊ. **O anarquismo e a ditadura militar no rio de janeiro - memórias de Milton Lopes**. Boletim do núcleo de pesquisa Marques da Costa. Rio de Janeiro, v. 8, n. 23, ago 2012. 2 p.

EQUIPE ARTIGO 19 BRASIL. **“Protestos no Brasil 2013”**. Relatório, jun. 2014.

FARJ. **Breve histórico da luta popular e do anarquismo no Brasil**. Libera. Rio de Janeiro, p. 8, julho, ano 21, 10 mai. 2011.

_____. **Nota de repúdio a invasão da Polícia Civil à sede da Federação Anarquista Gaúcha**. Libera. Rio de Janeiro, p. 4, jul-dez, 2009.

LEUENROTH, Edgar. **O Movimento Operário – A Greve de 1917**. São Paulo, Centro de Cultura Social, 2016, 99 p.

LOPREATO, Christina Roquette. **O espírito das leis: anarquismo e repressão política no Brasil**. VERVE, [S.L.], v. 3, p. 75-91, Jan. 2003.

LULA DA SILVA, Luís Inácio . **Carta aos Brasileiros**, 2002.

MALATESTA, Errico. **Escritos Revolucionários**. Humana Editora, 2008, 155 p.

MARQUES, Camila et al. Protestos no Brasil: 2013. **ARTIGO 19**. Brasil, v. 1, p. 80, 23 jul 2014.

NOTA de repúdio à invasão da Polícia Civil a Seda da Federação Anarquista Gaúcha (FAG). **Libera**. Rio de Janeiro, n. 143, jul-dez. 2009.

OLIVEIRA, T. Bernadon de. **Anarquismo, sindicatos e revolução no Brasil (1906/1936)**. Universidade Federal Fluminense, Niterói, p. 267, 2009

O que é anarquismo?. **Socialismo Libertário**, n. 3, 2017.

PRIMEIRO de Maio. **O Libertário**. São Paulo, n.7, 1 mai. 1962.

SOCIALISMO Libertário. **Órgão do Anarquismo Organizado**, n. 18, jul-ago-set. 2018.

SOMENTE o povo poderá resolver a crise do momento. **Ação Direta**. Rio de Janeiro, n.136, out, 1959.

TARTUFISMO Policial: Uma odisséia de sofrimentos, de vexames, de maus tratos, tal foi a vida daquele operário padeiro durante 52 dias de uma prisão injusta e arbitrária. A Plebe. São Paulo, dezembro, ano 2, 8 dez. 1934.

TOLEDO, Caio N.. **A regressão da luta ideológica: PT e governo Lula da Silva**. Seleções, Campinas, p. 1-12, jan. 2009

VIANA, Nildo. **Acumulação Capitalista e Golpe de 1964**. Revista História & Luta de Classes, Rio de Janeiro, v. 01, n. 01, p. 19-27, 2005.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Ação Penal 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67
Amarração 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35
Análise de políticas públicas 187
Anarquismo 176, 177, 178, 182, 184, 185
Anarquista 176, 177, 178, 179, 181, 182, 185
Araguaia-Campo Sagrado 157

B

Branquitude 198, 199, 200, 201, 202, 206

C

Caricatura 217, 219, 220, 227
Caridade 110, 114, 115, 117, 118
Carnaval 1, 3, 4, 5, 6, 9
Ceará 25, 26, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36
Colonização 19, 39, 80, 82, 83, 84, 93, 119, 124, 128, 133, 134, 136, 146, 199, 202, 215
Crise 112, 145, 176, 179, 181, 185, 213, 217
Crítica da Economia Política 13, 24
Cultura histórica 208, 210, 212

D

Democracia 9, 10, 176, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 194, 211
Discurso Econômico 13, 14, 23, 24

E

Economia Política 13, 18, 21, 22, 23, 24
Educação 37, 43, 44, 45, 78, 79, 96, 102, 106, 108, 115, 119, 126, 136, 144, 145, 146, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 182, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 200, 201, 202, 203, 204, 206, 211
Educação patrimonial 108, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156
Encantaria 80, 81, 82, 85, 86, 87, 88, 91, 93, 94
Ensino de História 1, 4, 43, 44, 106, 107, 215
Escola de samba 1, 3, 4, 5, 6

F

Filme 157, 159, 166, 169, 175

G

Golpe 176, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 211
Guerra do Paraguai 217, 219, 220, 227

Guerrilha do Araguaia 157, 158, 161, 164, 175

Guia básico de educação patrimonial 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155

H

História da Educação 187, 191, 195, 201

História do Brasil Colonial 119

História do Direito 58, 63, 64, 65, 67, 68

História do Processo Penal 58, 63

História local 95, 148, 156

Historiografia 4, 25, 28, 37, 62, 63, 112, 136, 137, 141, 144, 162, 179, 208, 212, 215, 217, 220

I

Identidade 3, 5, 6, 7, 25, 26, 27, 28, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 42, 48, 49, 70, 72, 73, 78, 96, 97, 98, 104, 118, 175, 198, 199, 209, 210, 215

Ideologia 13, 14, 15, 17, 20, 23, 24, 27, 32, 113, 116, 117, 178, 199, 203, 216

Indígenas 3, 9, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 119, 120, 121, 122, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 183, 199, 202

J

Judith Butler 70, 71, 73, 75, 77, 78, 79

L

Legislação 60, 66, 133, 139, 141, 142, 187

Lulismo 187, 188, 189, 191, 194

M

Maranhão 25, 32, 34, 80, 81, 82, 83, 85, 86, 87, 88, 89, 91, 93, 94, 119, 144, 145

Matéria Cavaleiresca Alemã 80

Memória 4, 36, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 85, 86, 96, 97, 98, 100, 102, 106, 108, 109, 149, 151, 152, 154, 156, 157, 158, 161, 162, 164, 167, 169, 172, 174, 175, 212, 214, 215, 220, 227

Michel Foucault 70, 71, 72, 74, 78

Missão 119, 120, 122, 123, 124, 125, 129, 131, 143, 144, 192

N

Negociações 38, 39, 58, 63, 64, 66, 67

O

Ordem de São Francisco (OFM) 119

P

Periódicos 28, 31, 65, 98, 180, 217, 218, 219, 220, 221, 222, 223, 224

Pesquisa 25, 28, 37, 38, 43, 44, 45, 47, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 63, 64, 65, 66, 72,

92, 95, 96, 98, 100, 101, 102, 103, 105, 106, 107, 148, 150, 158, 164, 174, 176, 178, 180, 184,
185, 187, 188, 192, 196, 198, 199, 201, 203, 204, 205, 208, 213, 217, 227

Piauí 25, 26, 28, 29, 30, 31, 33, 34, 35, 36

Pobreza 110, 111, 113, 114, 116, 177, 189, 190

Política Educacional 187

R

Racismo 7, 198, 199, 200, 201, 202, 204, 205, 206, 212

Regime militar 9, 10, 157, 158, 164, 174

S

Samba enredo 1, 2, 3, 4, 5, 6, 11

Subjetividade 198, 200

T

Teoria Queer 70, 71, 72, 73, 75, 78, 79

Transição ao capitalismo 13

 **Atena**
Editora

2 0 2 0